DOI: 10.5752/P.2237-8871.2015v16n25p345

Norte de Goiás: terra de esperança, conflitos e frustrações[1]

Carlos Alberto Vieira Borba[*]

Resumo

O presente artigo tem como objetivo observar as experiências de vida dos posseiros, para compreender os conflitos de terras que eclodiram no médio-norte e Norte de Goiás, entre o final da década de 1950 e início de 1960. Tais embates existiram em decorrência da ofensiva de grileiros sobre suas terras, depois que elas se encontraram valorizadas em virtude do impacto causado pela criação de um complexo rodoviário, por ocasião da construção de Brasília. Busca-se, também, analisar, neste trabalho, os fatores que levaram esses sujeitos a se deslocarem para o Norte de Goiás, bem como seus modos de vida, suas formas de organização e de luta. O olhar sobre as experiências que compõem a vida dos posseiros permite entender como surge uma noção comum de direito a terra e a uma identidade de classe que culminará em uma tenaz resistência contra a expropriação de suas terras.

Palavras-chave: Posseiros; Grileiros; Luta de classes; Terra; Norte de Goiás.

Foi a partir de 1940 que se processou a ocupação da região Norte de Goiás, cumprindo as deliberações da Marcha para o Oeste, entre as quais se propunha deslocar os camponeses de áreas de conflito para os sertões, onde havia uma grande quantidade de "terras livres"[2], por meio de projetos de colonização assentados na pequena propriedade fundiária. Buscava-se, com isto, promover a interface do território brasileiro e criar condições para o desenvolvimento econômico do país.

---

[1] Este artigo faz parte das reflexões do primeiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada **O teatro do poder e o contrateatro dos posseiros: estratégias e resistências na luta pela terra em Goiás 1950/1964**, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal de Uberlândia, em fevereiro de 2013, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais. Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

[*] Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História Social na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

[2] Por terras livres, compreendem-se as terras que não apresentavam resquício de trabalho, consequentemente, não tinham benfeitorias e eram destituídas de títulos privados, ou seja, terras abertas para o apossamento que poderiam ser ocupadas com base unicamente no trabalho. De acordo com Maia (2008, p. 74-75) "[...] o conceito de 'terra livre' só tem sentido, se relacionado à ideia de propriedade fundamentada no uso, pois, do ponto de vista do ordenamento jurídico da propriedade privada, todas as terras que, após a Lei de Terras de 1850 foram declaradas sem ocupação privada, tornaram-se terrenos devolutos no caso, propriedades do Estado e passíveis de ocupação somente pela compra."

Uma das medidas da Marcha para o Oeste foi a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), no início da década de 40, na cidade que hoje se chama Ceres, no médio-norte do estado. Os projetos atraíram uma série de migrantes, pois possibilitou que camponeses conseguissem lotes de terras. Tal possibilidade foi fortalecida devido às propagandas sobre a facilidade de aquisição dos lotes, juntamente ao empréstimo de máquinas agrícolas.

Mas, quando os camponeses chegaram à colônia agrícola, depararam com uma realidade diferente do que era anunciado pelos arautos do governo. Na realidade, o acesso a terra era restrito, havia uma grande demanda em relação à oferta de lotes, bem como uma série de exigências burocráticas. Além disso, as verbas do Governo Federal eram parcas, não havia estradas de rodagem para escoar a produção agrícola e, somando-se a essas questões, havia, ainda, a venda, a transferência e a permuta de lotes, que acarretaram o surgimento de latifúndios.

Desse modo, pode-se observar que a criação da CANG valorizou as propriedades fundiárias da região e despertou a cobiça de fazendeiros que passaram a se apropriar de parte das terras destinadas à colonização, assim como das glebas circunvizinhas à colônia.

Frente às condições adversas de acesso a terra na CANG, os camponeses foram orientados a deslocarem-se para o Norte do estado, onde havia grande quantidade de terras devolutas, sem obstáculos para a ocupação. Com efeito, as notícias de que “o Norte de Goiás não tinham patrão” acarretaram um grande fluxo migratório para a região.

A predominância dos ocupantes de terras no Norte goiano evidencia-se pelos dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950, que indicam que grande parte dos estabelecimentos rurais nessa localidade estava sob o domínio de ocupantes:

> [...] 48,19% da área dos estabelecimentos na Zona do Alto Tocantins estavam sob a responsabilidade de ocupantes. Esta proporção se torna significativa quando comparada com regiões de ocupação mais antiga, como, por exemplo, a Zona Sul do Estado, cujos ocupantes controlavam 1,38% da área, ou a Zona Sudoeste onde estes dominavam 1,75%. [...] A presença significativa dos ocupantes na Zona do Alto Tocantins só perdia para a Zona Norte onde estes controlavam 66,41% das áreas dos estabelecimentos, o que permitiria a afirmação de que nesta região, na década de 1950, as terras estavam livres de qualquer tipo de titulação, com o direito de propriedade assentado quase que fundamentalmente no uso. (IBGE apud MAIA, 2008, p. 156).

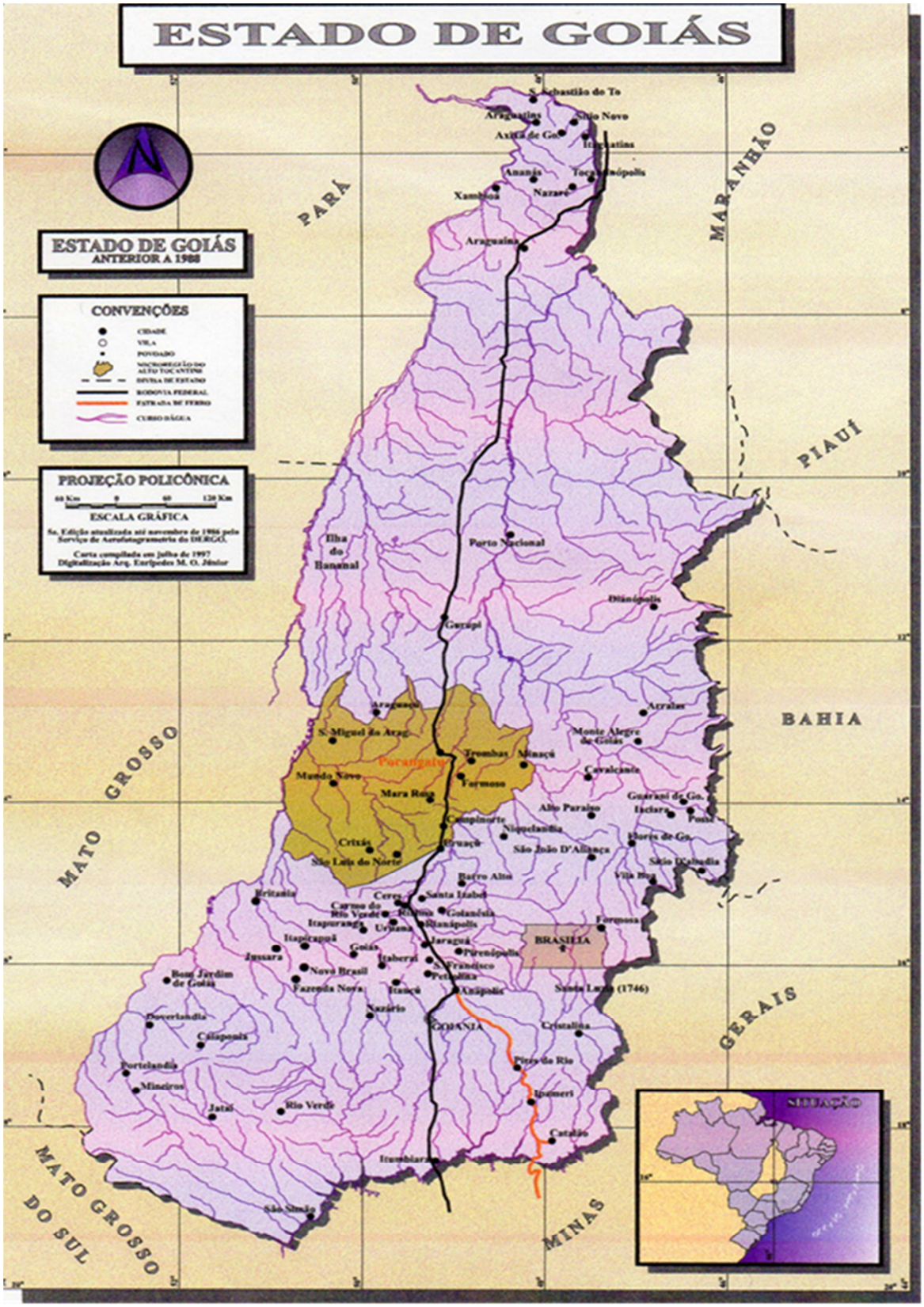
Em virtude da facilidade de se tornarem posseiros nas terras do Norte de Goiás (ver mapa a seguir), muitos camponeses decidiram se deslocar para a região,[3] Consequentemente, houve um eminente aumento populacional, sendo que grande parte desse contingente vinha do sul de Goiás, de Minas Gerais e do Nordeste.[4]

Contudo, antes de chegar à região e se tornarem posseiros, grande parte dos lavradores vivenciaram outras formas de trabalho e experiências comuns. Tais experiências auxiliam na compreensão dos fatores que os motivaram a migrar para o Norte de Goiás, assim como esclarecem o motivo da resistência que erigiram quando estavam sob a iminência de perder suas terras. Para compreender a trajetória de vida e os fatores que levaram os camponeses a mudarem para essa região, recorremos à literatura e à bibliografia sobre o tema. Ademais, foram utilizados jornais e entrevistas presentes em estudos que tratam dos conflitos agrários no estado.

[3] Utilizarei o termo Norte para referir a uma grande região do Estado de Goiás que vai desde o médio norte na região de Goianésia, Ceres, Uruaçu e a Zona do Alto Tocantins (em destaque no mapa) até a Zona Norte, onde, hoje, situa-se o Estado do Tocantins. Essa divisão foi realizada pelo IBGE tomando como referência o paralelo 13.

[4] Em 1920, a polução goiana era de 508.528, sendo que deste total, 99,3% era natural do território. Já em 1940/1950 e 1960 a população aumentou vertiginosamente como mostra os respectivos números 668.139/928.673 e 1.392.227 (IBGE apud CAMPOS, 1985, p. 40). Esse aumento veio acompanhado de uma forte presença do migrante de outros estados.

Mapa 1 – Estado do Goiás anterior a 1988



Fonte: (SAMPAIO, 2003, p. 51).

As obras literárias utilizadas nesta pesquisa foram **A Terra e as Carabinas**, de Bernardo Élis (2005), e **O Caminho de Trombas**, de autoria de José Godoy Garcia (1966). O primeiro livro se trata de uma novela, escrita em 1951, em forma de capítulos publicados no jornal comunista – **Estado de Goiás** –, no contexto das violentas disputas de terra no Estado. A outra obra é um romance publicado em 1966, dois anos após o golpe militar no Brasil e que também traz a riqueza da dinâmica social na luta por terras em Goiás.

Procura-se, desse modo, trabalhar a literatura no sentido pensado por Raymond Williams (1979), que compreende a linguagem literária como parte do processo da vida material. Na mesma direção que Williams, Maria do Rosário da Cunha Peixoto declara que "[...] a literatura, como qualquer linguagem, coloca algumas questões para reflexão: a primeira delas é pensarmos a linguagem como instituinte da realidade, sem que haja entre ambas qualquer relação de anterioridade." (PEIXOTO, 2006, p. 158).

Tal percepção implica visualizar a literatura como uma fonte que traz interpretações, leituras e posicionamentos políticos peculiares, possibilitando recuperar o cotidiano, as condições de vida e as concepções de mundo dos trabalhadores do campo. Nesse sentido, a literatura assume grande importância, pois ela

> [...] lê e escreve o real, isto é, reflete sobre a História e dela retira a substância da qual se alimenta e a matéria-prima que utiliza para criar seus mundos fictícios e, por isso mesmo tão real. Reais, por guardar com a realidade não uma relação de verdade, ou por ter caráter probatório, mas de verossimilhança. (PEIXOTO, 2006, p. 161).

Entender a literatura dessa forma exige, também, pensá-la como uma prática social e, consequentemente, como um espaço político de intervenção social. Nesse sentido, é importante identificar o lugar que os autores citados ocupam na sociedade, visto que o lugar em que estão inseridos ajuda a compreender as posições políticas e as lentes pelas quais eles enxergam a realidade. Essa seria a segunda questão do uso da literatura como fonte: perceber que ela trata-se de "[...] um campo atravessado pelas relações de poder, as convenções literárias são padrões de escrita estabelecidos historicamente, cujo processo de constituição envolve tensões em torno de concepções diferenciadas de história e literatura." (PEIXOTO, 2006, p. 158).

Ambos os autores goianos, Bernardo Élis e José Garcia, nascidos, respectivamente, em 1915 e 1918, eram militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) e se graduaram em Direito. Em suas obras, procuram pensar a realidade de

inúmeras famílias camponesas nas constantes migrações e mudanças em busca de terra, nas suas vidas marcadas pela pobreza, pela desilusão, pela violência e pela tristeza, contrapondo-as à esperança de conseguir um pedaço de chão, que representaria, na visão dos lavradores, uma vida mais digna. Os autores abordam, também, as várias transformações no campo em decorrência da expansão capitalista e dos conflitos sociais resultantes desse processo.

Por meio dos jornais, busca-se compreender a construção de projetos hegemônicos para o agro-goiano, cujo objetivo consistia em legitimar a expropriação das terras devolutas ocupadas por posseiros, caracterizando-os como invasores da propriedade privada e como o signo do atraso da economia goiana.

As disputas e as diferentes construções e compreensões da luta dos posseiros e da questão agrária em Goiás, retratadas nos periódicos, permitem visualizar os projetos políticos para o desenvolvimento econômico no estado e o papel que a terra e os camponeses desempenharam nesse processo. Além disso, ficam perceptíveis os mecanismos e as estratégias de dominação utilizados pelas classes dominantes para subordinar a terra e os lavradores à lógica do capitalismo, e como eles reagiam a esse processo, como lutavam, como elaboraram seus projetos contra-hegemônicos de mundo e como resistiam à grilagem de suas terras.

Trajetórias e experiências dos posseiros do Norte de Goiás

As experiências vividas pelos camponeses, antes de chegarem ao Norte de Goiás, eram baseadas num forte mecanismo de dominação, no qual a violência, o descumprimento e/ou ausência de leis, além da privação da terra, cumpriam um importante papel na sujeição e coação desses sujeitos.

Nessa perspectiva, o estudo de Janaína Amado (1993) sobre a revolta dos posseiros de Trombas e Formoso[5] traz alguns números acerca das categorias de trabalho no campo, vivenciadas pelos posseiros antes de chegarem ao Norte de Goiás. De acordo com Amado, as formas mais comuns de trabalho entre os posseiros foram: a parceria

[5] Conflito entre posseiros e grileiros pelas disputas de terras devolutas na região do médio-norte de Goiás. Esse litígio iniciou na década de 1950 devido à tentativa de fazendeiros, políticos e autoridades públicas de apropriarem das terras ocupadas por posseiros que, anos antes, haviam ocupado a região. O auge do conflito entendeu-se até por volta de 1957, quando os posseiros, em virtude de uma forte resistência, conseguiram o direito de permanência nas terras que ocupavam, mediante a promessa do então governador de Goiás – José Ludovico de Almeida (1955-1959) – de conceder seus títulos. Contudo, os títulos só começaram a ser entregues a partir de 1962, na gestão do governador Mauro Borges (1961-1964). Sobre o movimento dos posseiros de Trombas e Formoso ver Maia (2008) e Esteves (2007).

(72,4%), a posse (20,8%) e o trabalho assalariado (2,4%), além de outras formas de trabalho (4,4%). Esses dados, contrastados com as fontes de pesquisa, permitem inferir que, em outras regiões do Norte do Estado, a composição social dos posseiros seguia uma proporção semelhante à do estudo de Janaína Amado.

Contudo, esses dados só têm importância se forem compreendidos como se configuravam os modos de vida e de trabalho e como eles não ofereciam possibilidade de melhores condições aos camponeses. Essas experiências de vida podem ser observadas através das obras de Bernardo Élis (2005) e José Godoy Garcia (1966), uma vez que, pelas narrativas, fica perceptível o despojamento da terra como um elemento fundamental para entender como se constituíam as diferentes categorias de trabalho no campo. A ausência desse patrimônio submetia os camponeses a condições degradantes de trabalho, impedindo o acesso deles a terra e perpetuando os laços de dependência em relação aos grandes proprietários.

As formas de trabalho vivenciadas pelos posseiros, antes de chegarem à região em questão, é representada em **A Terra e as Carabinas**, especialmente através do protagonista Totinha, agregado da fazenda de Jeromão – conhecido na região pela intensidade com que explorava o trabalho alheio. Mas, mesmo diante da estafante jornada de trabalho e submetido a condições insalubres e nefastas, Totinha não tinha meios de deixar a fazenda em virtude de uma dívida de duzentos mil réis, contraída com Jeromão. Dívida esta que Totinha não alimentava esperança de pagar, já que ela crescia progressivamente.

> Totinha, por exemplo, devia a Jeromão duzentos mil réis. Não conseguia pagar nunca essa quantia que agora já subia a quase trezentos, com os juros e adiantamentos. Fazia dois anos que estava ali sem ver um níquel sequer, só trabalhando para pagar os gastos, e cada vez a conta subindo. Bem que tentou fugir, certa vez. Mas Jeromão deu parte à polícia e dois soldados o trouxeram de volta para o Retiro, como um negro fujão. (ÉLIS, 2005, p. 12).

A dificuldade de Totinha em quitar sua dívida com o dono da fazenda dava-se em função de um complexo mecanismo de domínio. Como Totinha morava na fazenda de Jeromão, tudo que ele fazia era contabilizado e sujeito a altos juros pelo fazendeiro: a morada, a comida, os remédios, o dinheiro adiantado. Somado a isso, Totinha era analfabeto e não tinha condições de avaliar as contas realizadas por seu patrão. Assim, elas podiam ser facilmente manipuladas em favor de Jeromão.

Esse sistema de dominação, por meio da cobrança de uma dívida que nunca era liquidada, sujeitava o lavrador a uma grande exploração, trabalhando muito, mas

impedindo-o de quitar os débitos com o proprietário da terra. Tal situação perpetuava os laços de dependência do lavrador com o fazendeiro, privando-o da terra e, muitas vezes, do livre arbítrio. Mesmo descontente com sua situação, ele era impedido de deixar seu trabalho, por diferentes formas de intimidação do fazendeiro, que, em alguns casos, contava também com o apoio da polícia para pressioná-lo a saldar suas dívidas.

Situações como essas eram comuns na vida dos camponeses brasileiros. Mesmo que o trabalhador tivesse noção de que aquelas relações eram injustas e que o fazendeiro manipulava o real valor das suas dívidas, impossibilitando de pagá-las, era difícil romper com as relações de dependência devido ao poder pessoal do fazendeiro.

O que tornava sua situação ainda mais grave era o fato de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT),[6] de 1943, era negligenciada à realidade do homem do campo. Além disso, era negado ao camponês o direito de associação em sindicatos os quais, embora previstos por lei – segundo os termos da constituição de 1946 – eram, na prática, proibidos. A criação de sindicatos dependia do Ministério do Trabalho que, devido à pressão do bloco agro-industrial, sempre barrava a criação desses organismos.[7]

O poder pessoal exercido pelos latifundiários contra os lavradores acarretava em diferentes mecanismos de coação, terror e violência como: surras, ameaças à vida de entes queridos e, dependendo da situação, castigos severos e assassinatos. Muitas vezes, mesmo conseguindo romper com essas relações, os lavradores viviam outras formas de trabalho na terra, que os condicionavam a relações de exploração, violência e falta de controle do processo produtivo e de seu tempo de trabalho.

Foi assim com Totinha, personagem da obra de Bernardo Élis (2005). Mesmo depois de sair da fazenda de Jeromão, livrando-se da condição de agregado, vive um período passageiro na cidade, retornando para o campo, onde continua a vivenciar condições adversas de trabalho, como o regime da parceria, em que era obrigado a ceder metade de tudo que produzia ao proprietário da terra que arrendava.

A parceria caracterizava-se por um contrato de aluguel da terra, no qual o pagamento era realizado por meio de partes do que era produzido pelo lavrador, normalmente, a terça, a quarta parte ou a metade da produção. Segundo Maia (2008), muitos camponeses que ocuparam a região de Trombas e Formoso eram oriundos de

[6] Outro indicativo de que essas leis trabalhistas não eram devidamente aplicadas ao homem do campo, foi a criação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 para suprir as falhas da CLT no que tange os seus direitos.

[7] De acordo com Julião (1962, p. 54), até o ano de 1962, no Brasil, registrava-se o funcionamento de apenas seis sindicatos de trabalhadores rurais que, aliás, funcionavam precariamente.

regiões onde prevalecia o sistema de parceria, baseada na meação. É difícil estabelecer, com rigor, as prerrogativas contratuais entre o meeiro e o fazendeiro, porque esse sistema variava muito de região para região. Por isso, pode-se citar, como exemplo, para que se entendam as adversidades com que se defrontavam os meeiros, a meação no sudeste de Goiás. Nesse lugar, o tipo de meação mais comum era aquele em que o proprietário cedia a terra desmatada ao camponês e emprestava o dinheiro para ele semeá-la. No final da colheita, o parceiro tinha de destinar metade de tudo que foi produzido ao dono da terra e, ainda, pagar o montante de dinheiro emprestado (MAIA, 2008, p. 72).

As memórias de Joaquim Gonçalves dos Santos revelam como a parceria não criava nenhuma perspectiva de uma reprodução social em melhores condições.

> O arrendo[8] lá de Ceres era apertado demais. Tinha vez que nós pagava arrendo até do feijão que nós tinha no meio da roça, que nascia no meio do milho, tinha que pagar [...] o arroz melhor era sempre dele [dono da terra], o arroz [...] pior era o nosso [...] Se nós não queria plantar um verdura mas ele queria, [...] tinha que plantar, não tinha escolha. (SANTOS apud AMADO, p. 1993, p. 55).

Esse sistema de trabalho impedia qualquer possibilidade de o camponês juntar dinheiro para comprar sua terra, além de limitar sua autonomia no processo produtivo em relação ao que deveria ser plantando e ao controle de seu tempo. Com efeito, muitos camponeses, assim como o personagem Totinha, olhavam com desconfiança para o sistema de meação, questionando como poderia alguém conseguir terra vivendo na condição de meeiro, pois esse sistema de trabalho significava sustentar duas famílias, a sua e a do "coronel" (ÉLIS, 2005, p. 78).

A cobrança do arrendo, na proporção da meia parte da produção, era totalmente desfavorável ao parceiro, pois o proprietário da terra ganhava metade da produção sem obter nenhum gasto, nem com o processo produtivo, nem com mão de obra. Além disso, "[...] com o passar do tempo, com o trabalho, a terra não se desgasta, ela melhora, ela se enriquece, ela enriquece o proprietário." (MARTINS, 1990, p.167). Todavia, o

[8] Em Goiás o pagamento das partes da produção destinadas ao parceiro era conhecido como arrendo, embora o contrato entre trabalhador rural e fazendeiro fosse denominado de parceria. O arrendamento, embora semelhante à parceria, apresenta algumas diferenças. O arrendamento é o sistema de trabalho em que o produtor direto paga em dinheiro o aluguel pelo uso da terra. Nesse caso, o trabalhador tem uma margem maior de autonomia, já que cabe a ele decidir o que plantar. Entretanto, esse sistema apresenta alguns riscos para o arrendatário, pois em anos de colheitas ruins, o montante da produção pode não ser suficiente para conseguir pagar o aluguel pelo pedaço de terra contratado, o que poderia significar sua ruína definitiva.

trabalhador não tinha direito a nenhuma indenização pelas benfeitorias que realizava na terra do fazendeiro.

Ademais, o parceiro sempre corria o risco de a safra não ser suficiente, por questões que fugiam ao seu controle, por exemplo, os fenômenos naturais, a escassez ou o excesso de chuvas ou o fato de a plantação ser acometida por alguma praga, resultando em baixos índices de produção. Quando a safra era ruim, sua situação se agravava, porque uma parca produção não era suficiente para pagar o dinheiro que pegara emprestado para custear o processo produtivo: comprar a semente, limpar a terra, plantar, cuidar da lavoura e depois colher.

Assim, o tempo de safra representava para os parceiros períodos de incerteza. Bernardo Élis destaca como esse momento era importante para o êxito do lavrador, por isso, ele era imanentemente acompanhado de aflição, esperança e decepção:

> Durante meses e meses Balduíno cuidara da roça, como de um filho, como de uma rês, fazendo castelos acalentando sonhos. Tinha precisão de tanta coisa! Esperava sempre que a safra viesse tirá-lo de seus problemas, duros e imensos problemas, esperando a hora da colheita para bater um pouco de felicidade. Receou que a chuva não viesse na quadra exata, depois receou que as pragas dessem cabo das sementes, depois teve medo de que a chuva fosse demais, que o veranico de janeiro estragasse tudo... Ai, ai! Entretanto, chegou a colheita, os sacos empilhavam-se e Balduíno já pensava na conta que o coronel apresentaria, conta muito aumentada com uma porção de coisas que o homem não se lembrava ter tomado. No fritar dos ovos, Balduíno não veria um vintém. Ainda ficava devendo para a outra safra. (ÉLIS, 2005, p. 88).

Em outras regiões de Goiás, era comum que o arrendo cobrado fosse 20% da produção, certamente pelos efeitos da lei do arrendo[9] e das mobilizações sociais no campo para a sua aplicação. Porém, nesses lugares, o proprietário tinha a prioridade de compra do restante da produção do parceiro, estabelecendo um preço bem abaixo do seu valor de mercado. Essa realidade é enfatizada e apresentada tanto na obra de Élis (2005) como na de Garcia (1966).

Esse sistema volta e meia ensejava tensões entre arrendatários e fazendeiros. Pois, se por um lado estes coagiam e buscavam controlar o produtor direto, no sentido de impedir qualquer negociação com outros fazendeiros ou comerciantes da região, por outro, os lavradores resistiam e, algumas vezes, se uniam para conseguir burlar a condição a que estavam submetidos e comercializar a produção sem o prévio conhecimento do proprietário das terras. Havia, ainda, casos em que o camponês

[9] A Constituição Estadual de Goiás, promulgada em 1946, no seu art. 20, proibia a cobrança do arrendo de terras superior a 20%.

negava-se a vender a produção pelo preço sugerido pelo fazendeiro. Qualquer uma dessas situações implicava a cizânia entre fazendeiros e parceiros.

Bernardo Élis, em sua novela, destaca a organização e união dos camponeses que, descontentes por vender sua produção a baixo preço para o fazendeiro, organizavam-se, por meio de associações rurais e ligas camponesas, para fugir dessa situação. José Garcia, por sua vez, aborda outro exemplo, o do casal de camponês, Cirilo e Doraci, que decidiu vender sua produção de milho para outro fazendeiro pelo dobro do dinheiro oferecido por Arrudão, dono das terras que trabalhavam.

Certamente, não eram poucos os casos em que a arenga, em função do que deveria ser plantado, da proporção da produção que seria destinada para o proprietário e do preço do que restava ao pagamento da terra, acarretasse na expulsão dos camponeses, forçando-os a migrarem para outras localidades.

É preciso entender que, embora a situação de exploração fosse algo crônico na vida dos camponeses, eles não a aceitavam passivamente, pois se mobilizam e lutavam contra a opressão que sofriam para conseguirem o seu tão sonhado pedaço de chão. Os mecanismos pelos quais se organizavam eram sociedades civis denominadas Associações Rurais e Ligas Camponesas.[10] Isso, ao menos até por volta de 1962 e 1963, quando foi estimulada tanto na esfera nacional, pelo presidente João Goulart, como no âmbito estadual, pelo governador Mauro Borges, a criação de sindicatos rurais.

Os camponeses elaboravam sua compreensão do que era ou não justo pelo seu trabalho, por meio de sua relação com os proprietários. O fato de estarem numa condição de subordinação, não significava que acreditavam que aquela relação era justa ou que não estivessem cientes da sua situação de explorados. O trabalho na terra alheia, de alguém que nela não labuta, mas que mesmo assim se apropria de grande parte dos seus frutos, despertava o questionamento dos lavradores sobre a natureza dessas relações e sobre suas condições de vida, fazendo-os perceberem as contradições que as caracterizavam.

As experiências dos camponeses suscitavam a compreensão de que a vida sem ser dono de uma gleba seria uma vida marcada pela permanente condição de sujeição,

[10] Associações e ligas camponesas são entidades civis de caráter beneficente e de auxílio mútuo. Os trabalhadores rurais, entre as décadas de 1940 e 1960, devido à dificuldade de criar sindicatos, constantemente recorriam à criação de associações, em razão da facilidade de registrá-las por não depender do aval do Ministério do Trabalho, sendo necessário, para sua criação, apenas registrar um estatuto da associação no Cartório de Títulos e Documentos. Sobre o assunto ver Francisco Julião (1962, p. 50-54).

tornando-os privados de desfrutar o resultado de seu trabalho. Por isso, eles mobilizavam-se mesmo estando cientes das consequências dessa ação.

Toda a trajetória de vida dos trabalhadores do campo era marcada pelo embate com os grandes proprietários de terras e pelos confrontos com a lei, que, conforme entendiam, sempre tendiam a beneficiar os ricos e poderosos. Essa percepção era forjada, tomando como referência a sua realidade, já que, quando recorriam à justiça, ou quando entravam em contato com ela, dificilmente conseguiam um resultado favorável.

Essa relação dos camponeses com as esferas jurídicas, com as instituições responsáveis por zelar pela ordem e cuidar dos assuntos que transpunham a capacidade de solução dos atores envolvidos em litígios por terra, e por questões trabalhistas, tendia sempre a prejudicá-los. Tais situações ganharam destaque nas obras de Bernardo Élis (2005) e José Godoy Garcia (1966), os quais relatam que a trajetória de seus personagens passa por uma relação traumática e pessimista em relação à justiça. Os dois autores pensam num mesmo sentido acerca desse problema: só uma intensa mobilização e luta dos camponeses poderiam mudar essa realidade.

A imagem presente em **A Terra e as Carabinas** e **O Caminho de Trombas** é a do sertão como um lugar onde prevalece o poder pessoal, em que as autoridades e a lei sempre tendem a beneficiar os grandes proprietários de terras e os fazendeiros. Nessas obras, os autores retratam os camponeses como sujeitos não representados nos programas políticos do Estado, nos quais as poucas leis, que existiam para garantir o mínimo de segurança e condições de trabalho, não eram colocadas em prática ou, quando eram, ocorriam em virtude de grande esforço e mobilização.

No que diz respeito ao poder pessoal, pode-se observar, pelos jornais que, em algumas regiões de Goiás grupos civis liderados por fazendeiros assumiam a função da polícia e arbitravam sobre os conflitos pela terra. Em alguns lugares, como em Porangatu, muitos foram os casos em que os fazendeiros e seus capangas desempenhavam a autoridade policial, prendendo e reprimindo posseiros (NETO, 1961, p. 3).[11] Em outras regiões do interior de Goiás, como em Uruaçu, os posseiros também denunciavam o fato de que os civis eram responsáveis pelo policiamento e acabavam abusando da autoridade que lhes foi atribuída (POSSEIROS VIVEM..., 1961, p. 8). [12]

[11] NETO, Torres. Porangatu. **Diário do Oeste**, Goiânia, 16 ago. 1961. p. 3.

[12] POSSEIROS VIVEM Clima de Insegurança. **O Popular**, Goiânia, 19 ago. 1961. p. 8.

A migração camponesa em busca de melhores condições de vida

A decepção e o sofrimento de anos de luta pela terra, vivenciada por uma série de situações de violência, miséria, aflição, medo e incerteza, acarretava em muitos lavradores uma grande decepção de viver em busca de uma gleba. Em decorrência disso, muitos deles optavam por levar suas vidas nas cidades. No romance de Garcia, fica enfatizado esse fenômeno quando ocorriam as expulsões e havia a ideia de que a terra estava "envenenada".

Essa ideia ocorria em face das constantes expulsões, dos conflitos que culminavam na morte de entes queridos, da pobreza a que eram submetidos todos aqueles que trabalhavam no campo em uma terra não própria. É assim que o personagem Juliano, ao ser expulso de sua terra, em São Domingos, e depois de uma longa vida de trabalho e privação, pensa em sua existência:

> – "Deus me tira a vida agora" – pensa – "Não tenho mais razão de querer viver e tenho o meu direito que ninguém me tira de querer morrê e aliviar as penas. Deus perdoa o velho. Mas Deus me tira que não tenho mais fôrça e a terra tá envenenada. Já vivi muito e agora o velho viu que a terra tá envenenada." (GARCIA, 1966, p. 60).

A vida dos camponeses, na cidade, também tinha suas adversidades, ainda que eles acreditassem que, nesse lugar, ela seria mais fácil. Na cidade, quando não conseguiam um casebre construído nas periferias, com o auxílio de vizinhos e amigos, sem saneamento básico, energia elétrica e autorização da prefeitura para que ocupassem o terreno, passavam a morar na rua e viver de esmolas.

Se, para alguns, a cidade era vista como um lugar onde a vida era melhor, para outros, a cidade representava um universo completamente estranho ao seu, com trabalho, hábitos, costumes e relações sociais diferentes das que viviam no campo. Esse novo universo era visto com estranhamento e medo pelos camponeses. O personagem Cirilo, de José Garcia, representa bem essa questão. Mesmo calejado de tantos sofrimentos em busca de um quinhão de terra, preferia as dificuldade do campo a viver de esmolas na cidade.

> Não quero outra coisa senão minha terra e minha lavoura. Gosto de você. Não conheci outra mulher. Gosto da terra, Doraci. Não gosto da cidade. Tenho mêdo, um mêdo muito grande da cidade. Não fui feito para a vida da cidade. Fui feito para as lavouras, para plantar e tirar o mantimento da terra. Tenha fé em mim, Doraci. [...] Deus tudo quer que aconteça, Êle quer que eu tenha minha paixão pela terra, Êle quer que eu tenha medo da cidade. (GARCIA, 1966, p. 197).

Ao enfatizar a importância da terra para o camponês, que prefere a vida no campo, mesmo reconhecendo que é um lugar cheio de "traição", Garcia aborda uma questão importante, que é a da destruição do modo de vida dos camponeses. Para esses sujeitos, todas as suas experiências, referências, compreensão e sentido de mundo partem da sua relação com a terra, uma vez que toda a sua cultura está ligada diretamente a ela.

As experiências apresentadas até aqui eram comumente vividas pelos camponeses que ocuparam o Norte de Goiás. Entre elas, destacam-se, principalmente, as relações conturbadas no mundo do trabalho, como a parceria, o arrendamento e outras que limitavam profundamente o trabalho dos camponeses e os condicionavam a vínculos de dependência com o grande proprietário rural, marcados pela exploração, pela violência e por uma série de conflitos.

Mesmo nos casos em que se deslocavam para a cidade, a terra continuava a nortear a vida de muitas dessas pessoas devido à diferença cultural entre a vida campestre e a vida urbana. É exatamente por essas diferenças culturais, que, apesar de todas as dificuldades vividas no campo, muitos camponeses preferiam tentar a sorte nesse lugar, a viver na cidade.

Portanto, para os camponeses, a noção de uma vida melhor e mais digna nunca estava dissociada da terra, pois, mesmo para aqueles que decidiram viver na cidade, a terra continua desempenhando papel central em suas vidas. O trecho da entrevista da historiadora Janaína Amado com a camponesa Geralda Teodora, que depois de viver em Trombas e Formoso passou a viver na cidade, traz elementos importantes para a reflexão sobre o assunto:

> – Eu acho aqui [na cidade] mais difícil. Aqui eles [aponta os netos] têm mais estudo. Mas lá [no campo] nós tinha mais ajuda. Nós conhecia todo mundo, era mais fácil. [...] Pra controlar um pouco mais a vida, eu crio estas galinha aí [mostra o galinheiro]. Tô engordando também um capado, vou te mostrar ele. [...] Nesta hora – eu gosto muito de horta – eu planto mais é salsa, cebolinha, essas coisas. Mas não cresce direito, não. Não bate sol aqui. (TEODORA apud AMADO, 1993, p. 64).

Foi tentando fugir de relações, como a parceria, o arrendamento e o trabalho assalariado, que muitas famílias de lavradores deslocaram-se para o Norte de Goiás, região cuja, como anunciava o personagem Negro Carreiro,[13] a terra não havia dono.

[13] O personagem Negro Carrero do romance escrito por José Garcia foi inspirado em um dos posseiros que participou da luta pela terra em Trombas e Formoso.

Porém, a migração para essa região não estava assentada somente no sonho de obter uma gleba, mas também no desejo de liberdade, de autonomia no processo produtivo, e de uma reprodução social em melhores condições, preservando seus modos de vida – o trabalho familiar na terra, livre da ingerência de um proprietário absenteísta.

Assim, a migração não era somente uma opção que poderia anunciar a construção de um futuro melhor do que o presente; era também uma estratégia de sobrevivência, que marcou as condições de vida dos camponeses brasileiros, os quais buscavam no deslocamento, para áreas onde era fácil o acesso à terra, a possibilidade de desenvolver a lavoura camponesa. Segundo Maia (2008), a justificativa para a migração camponesa não está assentada na noção de propriedade como um valor econômico, mas como um valor cultural; o de manter a lavoura camponesa, que

> [...] caracteriza-se por uma produção voltada para a subsistência, assentada, principalmente, no trabalho familiar e em formas de solidariedade compartilhadas pelos membros da comunidade, as quais garantem braços para a lavoura em momentos específicos de processo produtivo, em que o número limitado de membros da família se torna um problema para a condução de tarefas. (MAIA, 2008, p. 66).

Constata-se, portanto, que a pobreza, a falta de oportunidade e de perspectiva de um futuro mais próspero – problemas que estavam sempre associados à ausência da terra – é que motivaram o deslocamento dos posseiros para o Norte de Goiás. Segundo Amado (1993), o "antes" da migração para a região de Trombas e Formoso era sempre referendado a partir da pobreza extrema, como indica o testemunho do posseiro Otávio Guerreiro dos Santos:

> Não, nós vivia numa pobreza de dar gosto. Nós não tinha nada. NADA, entendeu? Sabe o que eu mais ela [apontava a mulher] levou pro Formoso? Nós levou [vai contando nos dedos]: duas mudas de roupa, um sapato (um par pra ela e um par pra mim), um chapéu, um pente, um facão, uma enxada, uma arma, dois sacos de arroz, um porco, três galinhas e um cachorro. (SANTOS apud AMADO, 1993, p. 54).

Em suma, a perspectiva de uma vida melhor para o camponês nunca estava dissociada da posse da terra, como indica o trabalhador rural Manuel Porfírio, citado por Amado (1993, p. 54): "[...] se o lavrador não tem a terra, minha amiga, pode esperar: ele vai viver a vida inteira [...] naquela pobreza, a vida inteira [...] sofrendo. Só se ele consegue a terra, ele tem lá alguma chance de melhorar."

Por todas essas questões, a decisão de sair em busca da terra era tomada diante de uma profunda reflexão sobre as condições de vida, do dissabor com a realidade e da

expectativa de mudar de situação ao se tornar dono do seu pedaço de chão. Essa decisão permitia ao lavrador alcançar uma condição de respeito e dignidade, livrando-se da coação, da exploração e de ingerência no seu processo produtivo.

Foi a partir das experiências de privação da terra e de sujeição ao grande proprietário rural que muitas pessoas ocuparam as terras do Norte goiano. Grande parte delas já havia migrado ao menos uma vez antes de chegar à região. Nesse sentido, quem decide migrar para a região são famílias que "[...] tornam-se mais conscientes de sua miserabilidade, ou que não se conformam com ela." (ESTEVES, 2007, p. 57). Portanto, a migração "[...] pode ser compreendida como o resultado de uma tomada de decisão, fruto de uma escolha pensada de homens e mulheres que se negam a continuar vivendo em condições reconhecidamente desvantajosas." (ESTEVES, 2007, p. 57).

Modos de vida dos posseiros do Norte de Goiás

Ao chegarem no Norte de Goiás, os lavradores traziam consigo a esperança de conseguir um pedaço de terra. Inicialmente, não houve obstáculos para adquiri-las, tendo em vista abundância de "terras livres" na região. Doravante a real possibilidade de acesso a terra no Norte de Goiás e cientes de que elas eram, realmente, devolutas, os migrantes concebiam a chegada à região como uma conquista de um processo longo de exploração e miséria.

A mudança para o Norte de Goiás, muitas vezes, era antecedida por algum membro da família que avaliava a possibilidade de obter terras nesse lugar. O lavrador, percebendo a possibilidade disso ser consubstanciado, selecionava uma gleba e retornava para sua antiga terra, para buscar sua família.

A ocupação das terras era acompanhada de um duro trabalho para desmatá-las e limpá-las, deixando-as no ponto para o plantio. O tempo desse trabalho deveria ser atentamente observado, pois havia o período certo para preparar a terra para o cultivo, o plantio e a colheita. O preparo da terra deveria ser realizado antes que começasse o período de chuvas, caso contrário, a colheita dessa família não vingaria e, consequentemente, passaria por dificuldades, o que poderia resultar numa posterior migração. Por isso, a mudança para outras localidades deveria ocorrer observando-se as estações do ano, de forma que o posseiro não chegasse a ocupar as terras devolutas no período de colheitas e, assim, não tivesse condições de manter-se nelas.

> Nos meses de junho, julho e agôsto, no mais tardar até setembro – a época de preparo da terra para o plantio. Nos terrenos ainda inaproveitados, de mato virgem, derrubam os matos nesses meses, ao aproximar-se das chuvas, queimam. Nos terrenos velhos, de palhadas, carpem antes das chuvas. Proliferam as lavouras tradicionais de arroz, milho e feijão, fumo e cana. Com esta fabricam rapadura e aguardente. Em determinadas zonas as culturas de algodão e café dominam. Com a chegada do outubro, as chuvas caem movimentando o húmus do solo agricultável para a brota. (GARCIA, 1966, 194).

Depois que plantavam, os posseiros cultivavam e cuidavam da safra, até passar o período de chuvas, começando a colheita pouco antes do verão terminar. O período da colheita era o momento de maior prosperidade, pois se aumentavam os mantimentos, enriquecendo a mesa dos camponeses e promovendo maior circulação de dinheiro.

> Novembro a março a cuida das plantações que vingam; a limpa perene. As colheitas chegam com os fins de fevereiro, e entram por março e abril dentro. As zonas produtoras enviam os produtos para os dois grandes centros: Goiânia e Anápolis. As épocas de maior circulação de dinheiro e mantimentos são as épocas da colheita. Há alegria e noivados e casamentos. Há esperança e desesperança. (GARCIA, 1966, 194).

O trabalho dos posseiros em suas terras baseava-se, principalmente, na força de trabalho familiar. Contudo, nem sempre, os membros da prole conseguiam dar conta de todas as tarefas da labuta na terra. Nessas situações, havia laços de solidariedade que auxiliavam o produtor direto a conseguir realizar todas as tarefas do eito. O habitual é que esse auxílio ocorresse nos momentos em que a família ocupava um pedaço de terra, o que exigia um grande trabalho para derrubar o mato, fazer os ranchos para a morada e preparar a terra para o cultivo nos momentos de colheita da produção, quando havia a necessidade de realizá-la com rapidez antes que a safra se perdesse. Essas formas de solidariedade são denominadas de “mutirão” e eram comumente praticadas na agricultura camponesa no Norte de Goiás.

O “mutirão” era uma forma de auxílio mútuo, muito comum nas populações rurais do Brasil, em que o camponês, avaliando o trabalho em sua terra, percebia que apenas os braços de sua família não seriam suficientes para realizar as suas tarefas, recorrendo, assim, à comunidade para que o auxiliasse. Os integrantes da comunidade demonstravam-se solícitos para socorrer seus companheiros porque sabiam que haveria um momento em que também necessitariam de ajuda e, certamente, seriam amparados. De acordo com Pessoa (1999, p. 250), “[...] o mutirão não é apenas um expediente econômico ou de organização do trabalho, mas também uma expressão de reciprocidade camponesa”.

Essa atividade é narrada na obra **A Terra e as Carabinas**, de Bernardo Élis, no trecho em que o personagem central do livro, Totinha, depois de um acidente de trabalho que o levou a perder sua mão, requisitou a ajuda de seus companheiros para a colheita do arroz, antes que passasse do tempo de fazê-la e a produção se deteriorasse.

> Breve, chegaram à roça. O arroz vergava nas hastes, com os cachos pejados de orvalho. No ranchinho, Bila fez o fogo, meteu a pichorra de barro no fogão e se pôs a preparar o café. Beberiam aquela "tiquara" de rapadura, para engabelar o estômago e depois Bila se poria a fazer almoço, cozinhando o arroz e temperando o feijão que ferventara a noite inteira naquele caldeirão de ferro. Comida besta: feijão magro, arroz e um bocado de couve, de uns pezinhos que a mulher plantou no jirau. Contudo, dava para empanturrar.
> –Ê – ei! – o gritou reboou pelo ressaco do mato, espantando as gralhas que roíam o broto dos angicos, que saíram no seu voo ligeiro, numa grazinada dos diabos.
> – Ê – ei! – respondeu de cá Totinha. Sua voz saiu num tufo de fumaça, no friinho da manhã de começo de seca. Não tardou muito, na porteira da roça surgiu o pessoal que vinha para a colheita de arroz. Eram Daniezão, Chico Lemes, Gusmão, os irmãos Pereira, o velho Balduíno, Honestino e outros. [...] O pessoal todo se reunia e, coletivamente, derrubava o mato, limpava o terreno, depois plantava, capinava e colhia. Rendia mais e dava mais alegria. [...].
> Aos poucos, o arrozal começou a bater-se ao brilho das foices e dos facões. Outros homens pegavam os molhos de arroz e vinham batê-los no jirau, colhendo os grãos num pano, de onde as mulheres enchiam os sacos, costuram-nos e chamavam algum homem para os empilhar. De vez em quando Bila, a mulher de Daniezão ou a mulher de um dos Pereiras, corria até o fogão, atiçava o fogo e dava uma mexida no feijão, deitando-lhe água para não queimar.
> As foices brilhavam e rebrilhavam ao sol, derrubando o arroz. (ÉLIS, 2005, p. 86-88).

As atividades no mutirão eram dividas entre homens, responsáveis pelo trabalho mais pesado, como limpar a terra, colher e carregar os sacos de arroz, e as mulheres, encarregadas de fazer a comida e ensacar o arroz. As tarefas destinadas às mulheres eram conduzidas pela esposa do "patrão", Bila, a qual definia o cardápio e, juntamente com as outras mulheres, servia água, café e fazia o almoço para sustentar o trabalho pesado da lavoura.

A ênfase dada por Élis (2005) e Garcia (1966) para o mutirão revela o quão importante ele era para o desenvolvimento da lavoura camponesa, pois esse trabalho coletivo, pautado na cooperação e na solidariedade entre os membros de uma mesma comunidade, supria as necessidades de mão de obra dos camponeses, possibilitando a manutenção de seus padrões costumeiros de produtividade. Isso se deu em virtude do fato de que grande parte do trabalho ainda continuava centrada na família, sem a necessidade de recorrer ao trabalho assalariado ou ao pagamento de jornada de trabalho para trabalhadores rurais.

Sobre a importância do mutirão para a agricultura camponesa, Maia (2008) diz que:

> O mutirão, como uma das formas de auxílio mútuo realizada pelo camponês, era a manifestação desta consciência de pertencimento a uma determinada localidade, ao mesmo tempo em que agia como um fator que conferia unidade às relações sociais mantidas para além do grupo familiar, sedimentando-as.
>
> O mutirão [...] torna-se, assim, não só uma condição econômica da sobrevivência camponesa, mas a expressão de uma consciência de unidade e pertencimento a um grupo maior, a partir do qual ele estabelece as relações com a sociedade que o cerca. (MAIA, 2008, p. 82-83).

Ao analisar o mutirão, é patente sua importância para a constituição dos modos de vida dos posseiros. Ademais, essas "expressões de reciprocidade" permitem problematizar as compreensões muito disseminadas, principalmente, pela historiografia marxista ortodoxa, de que os camponeses são marcados por seu individualismo e apego à terra, não conseguindo, por isso, desenvolver relações que vão além de seu núcleo familiar e de sua gleba.

O principal produto agrícola, cultivado pelos posseiros no Norte de Goiás, era o arroz , que, até 1950, constitui o produto de maior importância da economia goiana. No entanto, a agricultura desenvolvida pelos posseiros não se fundamentava somente na produção de arroz. Na maioria das vezes, outras culturas eram desenvolvidas, como a do milho, a do feijão, a do café, a da cana, entre outras. Embora elas não fossem produzidas na mesma proporção que o arroz, também gozavam de considerável utilidade para a manutenção da vida dos lavradores, para sua alimentação cotidiana e para trâmites comerciais.

A análise da produção agrícola dos posseiros possibilita afirmar que, mesmo a produção camponesa sendo voltada para sua reprodução, não deve ser vista de forma fechada e isolada do mercado, pois "[...] a economia camponesa e, mais especificamente, a agricultura familiar estão subordinadas ao 'movimento do capital' e, portanto, completamente integradas ao sistema de mercado." (PESSOA, 1999, p. 167).

Assim, os produtos agrícolas cultivados pelos posseiros no Norte de Goiás não se direcionavam apenas para as suas necessidades. Esses sujeitos buscavam produzir além do que necessitavam, para poderem comercializar seus excedentes e, assim, terem mais condições de manter sua terra, sustentar sua família e, quando necessário, resistir à sanha de grandes proprietários e grileiros. Porquanto, optou-se por cultivar arroz, milho,

feijão, fumo, café e cana, pois esses produtos eram os mais requisitados pelo mercado de alimentos no Estado, que atendia à demanda do mercado do centro-sul do país.

Contudo, é necessário elencar que, ainda que os posseiros visassem produzir excedentes para comercializar no mercado, esse excedente era utilizado para manter seus padrões costumeiros de vida e viabilizar a produção de mais mercadorias. Em suma, não se buscava o lucro e a expansão do capital, como na agricultura tipicamente capitalista.

Além da atividade de policultura agrícola, os posseiros dedicavam-se à criação de animais como porcos, galinhas e vacas, que eram igualmente importantes para suas subsistências. Em muitos casos, quando precisavam de dinheiro com urgência e não era época de colheita, a venda dos animais auxiliava a suprir suas necessidades econômicas, constituindo-se como recurso ou possibilidade de barganha.

Pode-se, pois, concluir que, por predominar a posse da terra no Norte de Goiás, a base da economia dessa região era a agricultura familiar realizada pelos posseiros, que comercializavam os excedentes de produção no mercado. Além dessa atividade, a pecuária era comum nas grandes propriedades rurais dessa área, mas, conforme apresentado, significava um número bem inferior, se comparado às terras ocupadas por posseiros.

A resistência dos posseiros do Norte de Goiás

Se inicialmente os posseiros não encontravam obstáculos e nem se deparavam com grandes disputas com fazendeiros pela ocupação das terras do Norte, essa realidade começa a mudar a partir da década de 50. Essa mudança ocorreu em virtude da construção de Brasília e seus apêndices, o que rompeu o isolamento econômico da região Norte de Goiás, promovendo sua conexão com o restante do país, valorizando as terras da região. Assim, elas passaram a ser alvo de especulação, favorecendo o surgimento de um promissor mercado de terras. Entre os interessados em explorar esse mercado estavam: fazendeiros, comerciantes, capitalistas, e, até mesmo, o capital internacional.

Com efeito, nota-se, sobretudo a partir de 1950, o surgimento de vários grupos de grilagem, voltados especialmente para as terras dos posseiros por apresentarem condições de uso, o que certamente valorizava a terra, facilitando uma futura transação aos interessados a desenvolverem alguma atividade agropecuária na região.

A partir daí, registram-se sucessivos ataques aos posseiros por parte dos interessados em explorar o mercado de terras, muitas vezes, sem a mínima possibilidade de negociação. Esse processo de expropriação contou com o apoio do governo de Goiás e da polícia que, frequentemente, intervia nos litígios, fazendo valer o direito daqueles que estavam munidos de um documento fabricado.

Os posseiros eram pressionados constantemente, diante das mais diferentes formas de coação, desde a destruição de suas lavouras até a ameaça a seus familiares, surras, pressões de jagunços e da polícia. Um exemplo dessas táticas de intimidação foi o ataque direcionado à gleba do posseiro Possidônio, um dos alvos mais visados pelos donos da fazenda São Carlos – que tinham interesse nessa terra e nas demais ocupadas pelos posseiros nas adjacências de sua fazenda.

> A notícia chegou em forma e foi registrada por êste jornal com as devidas reservas: depois de haver fuzilado posseiros em Goianésia a polícia assassinara vários elementos que conseguiram escapar à chacina autorizada pelo Secretário de Segurança Pública e que se haviam homisiado no município de Itapaci. [...] A história se conta em poucas palavras: soldados da polícia e civis atacaram a propriedade rural de Possidônio de Tal, contra quem demandavam os supostos donos da fazenda S Carlos, no município de Goianésia, e ali, mataram, com requintes de crueldade, onze pessoas, inclusive duas crianças que pareceram carbonizadas num dos ranchos que foram incendiados. Uma dessas crianças era aleijada. Após a carnificina os vândalos queimaram casas, engenho de cana, etc., demonstrando assim o ódio de que estavam dos possuídos. (CRIME..., 1960, p. 1). [14]

Diante a investida dos que queriam se assenhorear de suas terras, os posseiros se organizavam e a resistiam com tenacidade. O recrudescimento das disputas pela terra possibilitou o surgimento de inúmeras associações rurais e ligas camponesas.

A decisão dos posseiros em permanecer em suas terras e enfrentar seus inimigos, muitas vezes, empunhando armas, não era uma opção fácil de ser tomada. Esses sujeitos tinham consciência das consequências desse confronto. Sempre havia a possibilidade de algum familiar ou amigo ser morto, ferido ou torturado ou pelos grileiros e pela polícia.

Porém, as experiências que os posseiros acumulavam ao longo de suas vidas, da privação da terra, da violência, da miséria e da luta para conseguir uma gleba, onde pudessem trabalhar e usufruir do resultado do seu trabalho, levara-os a avaliar suas vidas e suas condições sociais. O duro trabalho na terra que ocuparam, cientes de que era devoluta e por tudo que significou a posse da terra uma vida mais próspera, mais digna e justa, acompanhado da convicção de que a lei tendia a beneficiar os poderosos,

[14] CRIME e Covardia. **Jornal de Notícias**, 9 jan. 1960. p. 1.

posicionando-se frequentemente contra o camponês, foi o que amparou e fundamentou a estratégia da resistência armada.

A luta armada brotava de suas experiências, por meio e constantes conflitos, envolvendo a posse da terra em momentos em que não havia nenhuma possibilidade de negociação e diálogo contra seus expropriadores. Com efeito, vai se formando uma identidade de classe entre os posseiros, à medida que acirra os embates com as classes dominantes. Como afirma Thompson (2001), há momentos em que a luta de classes recrudesce e as contradições dissimuladas, as relações opacas, tendem a ficar mais claras, possibilitando uma maior consciência das contradições que separam uma classe de outra.

Por todas essas questões, quando a luta de classes acirrava, os posseiros lançavam mão da resistência armada. Assim fizeram os posseiros de Poragantu, que apelaram publicamente para a luta armada para combater os grileiros:

> Temos 800 homens em Niquelândia e Porangatú dispostos a pegar nas armas contra os grileiros que querem a todo custo tomar nossas terras, nossas plantações e nossas benfeitorias", disse ontem ao O POPULAR o sr. João Pereira de Souza, Presidente da Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Porangatú e imediações.
> O sr. João Pereira de Souza veio a Goiânia tratar dêsse assunto com as autoridades, pois se vê constantemente ameaçado por pessoas de influência da região que estão intimidando os lavradores.
> Afirmou o posseiro em referência que, mesmo os serviços individuais da lavoura, são feitos agora em turma de 40 ou mais pessoas, a fim de evitar a ação inesperada dos grileiros. (800 POSSEIROS..., 1961, p. 8). [15]

Na cidade de Natividade, os posseiros também fizeram uso da luta armada para frear as tentativas de usurpação de suas terras, como mostra a fala do camponês entrevistado por Costa (1996, p. 67): "[...] quando a coisa apertou, moça, nóis arriunimos um grupo de 50 home com os pouco de arma que nóis tinha e enfrentemo os capanga dos 'home' que queriam por nóis fora de nossas terra."

Além da resistência armada, os posseiros utilizavam-se de outras estratégias para defender os seus direitos de permanecerem nas terras há tanto tempo ocupadas, como: denunciar as violências e injustiças que sofriam nos meios de comunicação[16]; procurar o

[15] 800 POSSEIROS reagirão a bala contra grilagem. **O Popular**, Goiânia, 11 mai. 1961. p. 8.

[16] Mesmo os periódicos travando uma intensa campanha de destruição da imagem do posseiro, em alguns momentos eles abriam espaço para cartas abertas e denuncias dos posseiros, embora sempre tentassem desconstruir o argumento dos que lutavam pela terra. Alguns jornais como o Diário do Oeste, tinham uma posição menos tendenciosa no sentido de criminalizar os posseiros, especialmente o jornalista Hélio Rocha que, constantemente publicava artigos posicionando-se favorável a luta desses atores sociais, e taxava o conflito de terras como um problema oriundo da ação dos chamados "colonizadores do asfalto"

respaldo de personalidades políticas, no afã de publicizar e denunciar grilagem de terras, como também buscar, por sua influência, a abertura de Comissão Parlamentar de Inquéritos (CPI); e pedir ações discriminatórias para averiguar esses litígios.[17]

Diante da tenaz resistência dos posseiros em lutar por suas terras, intensificou-se a repressão ao movimento com destaque para a atuação do Estado, que passa a agir violentamente de forma a assegurar o direito a terra àqueles que estão munidos dos seus títulos. O Estado utiliza da infalibilidade da justiça para garantir o sagrado direito da propriedade privada como estratégia para expropriar as terras devolutas, ocupadas pelos posseiros, garantindo, assim, as condições para o estabelecimento de um mercado de terras: o direito a terra, fundamentado na noção jurídica de propriedade e não mais no trabalho, como vigorava antes do desenvolvimento do capitalismo na região. Isto pode ser evidenciado na nota do governador Mauro Borges em apoio ao secretário de segurança pública – Rivadavia Xavier Nunes – na repressão aos posseiros de Goianésia.

> Prezado Rivádavia. Com grande surprêsa, tomei, hoje, conhecimento do editorial do jornal "A Imprensa", comentando os acontecimentos de Goianésia. A sua conduta mereceu inteiro apoio do meu govêrno, pois que alí agiu como parte dêle, em cumprimento de requisição do Egrégio Tribunal de Justiça. Aliás, já prometi e garanto cumprir como é o meu dever, todos os mandatos judiciais que precisarem apoio do Govêrno. A sua ação e da Polícia Militar foram um tempo firmes e moderadas, merecendo os encômios do Govêrno. Devo declarar-lhe que conta com o meu apoio e solidariedade para as ações que se fizerem mister na manutenção da ordem pública. [...] Receba um cordial abraço de Mauro Borges Teixeira. (MB PARA RIVADÁVIA..., 1961, p. 8). [18]

A intolerância com os movimentos de posseiros revela que, em nenhum momento, o Estado buscou investigar a natureza dos títulos e das terras contestadas e nem abrir possibilidade de negociação com os posseiros, no que tange às terras alvo da sanha dos grileiros.

O que podemos notar nesses movimentos de posseiros que irrompem no Norte de Goiás, entre o final da década 50 e início da de 60, em virtude do confronto com os

---

que queriam beneficiar do mercado de terras aberto a partir da criação de Brasília e da construção de um eixo rodoviário no Norte de Goiás.

[17] Esse conjunto de ações é denominado por Carlos Leandro Esteves como "resistência ampliada", que, constitui um conjunto de práticas articuladas de defesa e ataque, buscando ocupar novos espaços de luta. Para o autor a "resistência ampliada" consistia não apenas em conservar os seus direitos, mas também ampliá-los "[...] na medida em que outros valores são incorporados e passam a fazer parte do repertório de demandas e conquista a ser realizada." (ESTEVES, 2007, p. 27).

[18] MB PARA RIVADÁVIA: a sua conduta em Goianésia mereceu inteiro apoio do meu governo. **Diário do Oeste**, Goiânia, 1 ago. 1961. p. 8.

grupos que queriam aproveitar a especulação imobiliária das terras desta região, é que, apesar da tenaz resistência, foram duramente reprimidos pelo Estado.

O desmantelamento dos movimentos de posseiros, com o argumento de assegurar ao detentor do título, o direito a terra, representa o interesse das frações de classe que compõem o Estado, no estabelecimento do mercado de terras e na materialização do que o historiador Claudio Maia (2008) denominou um "novo projeto burguês". Esse intento é perceptível com a chegada de novos grupos na arena política e o direcionamento da produção voltada aos "mecanismos de acumulação capitalista".

Verifica-se, a partir de então, um importante processo de modernização das técnicas de produção na agricultura, com usos acentuados de tratores, insumos, agrotóxicos, sementes selecionadas e medicamentos veterinários. As transformações capitalistas na agricultura, industrialização e modernização vão modificar a organização da produção no que tange às relações sociais. Disso, vai resultar o uso, cada vez mais comum, do boia-fria e do trabalhador volante, o aumento do trabalho assalariado no campo e, consequentemente, a expropriação de posseiros, parceiros e pequenos produtores, dando lugar à organização em moldes empresariais (PESSOA, 1999, p. 50).

Considerações Finais

A luta dos posseiros pela permanência nas terras que trabalhavam se deu em virtude das experiências compartilhadas no lugar que ocupavam nas relações de produção e nas constantes batalhas contra aqueles que exploravam e sugavam do seu trabalho. Entre essas experiências, podem-se destacar: grande parte desses camponeses havia migrado ao menos uma vez antes de se tornarem posseiros no Norte de Goiás; traziam consigo o peso de uma vida sofrida, cheia de dissabores pela constante luta por um quinhão de terra; já haviam vivenciado outras formas de trabalho que os limitavam e privavam de autonomia no processo produtivo nas terras em que trabalhavam, como o arrendamento, a parceria e o trabalho assalariado. Por isso, não queriam abrir mão das terras que ocupavam porque tinham a ciência de que eram devolutas e o trabalho depositado nelas lhes dava o direito de ocupá-la.

Para os posseiros, ser donos do seu tempo e do fruto do seu trabalho significava, também, estar isentos de humilhações e violências de grandes proprietários de terra. Por tudo isso que lhes era negado em sua região de origem, é que a posse representava a esperança de uma vida melhor. Por fim, encaravam a ocupação de terras no Norte de

Goiás como uma conquista, a consolidação do sonho, muitas vezes distante de conseguir uma gleba, de se ver livre do jugo daqueles que não labutam na terra, mas que exploram o seu trabalho.

Com efeito, quando a luta de classes recrudesce na região, a partir do desenvolvimento do capitalismo, desperta entre os posseiros uma identidade de classe decorrente de experiências comuns ao longo de suas trajetórias de vida. Malgrado toda a luta, os posseiros foram expropriados em face à violenta repressão do Estado, com o apoio dos grupos de grilagem e respaldados pelos principais jornais que forjaram uma imagem criminalizada dos que lutavam pela terra, legitimando, assim, o novo projeto burguês para Goiás.

Entretanto, a resistência dos posseiros do Norte de tal região revela que esse processo de transformações, inaugurado na passagem da década 50 para 60, com o desenvolvimento das relações capitalistas no campo foi repleto de disputas para que o sistema de desenvolvimento econômico fosse colocado em prática no mundo rural, goiano e brasileiro.

North of Goiás: land of hope, conflict and frustration

Abstract

The objective of this article is to rescue the experiences and life trajectory of a large number of peasant who migrated from the north of Goiás from the late 1930s until 1960. In order to do so, this study observes the factors that led these individuals to travel to this region, as it represented the hope of getting the so dreamed piece of land as a result of all advertising aired in the peasant universe, that "the north of Goiás has no boss". Moreover, it is interest to visualize how the ways of life of settlers in north of Goiás were: their working conditions, their organization, and their conflicts with large landowners and squatters in a moment of capitalist development in the region, with the construction of roads and the transfer of the federal capital to the region where Goiás state was located.

Keywords: Settlers; Land; North of Goiás.

Norte de Goiás: tierra de la esperanza, el conflictos y la frustraciónes

Resumen

Este artículo se centra redimir experiencias y trayectorias de vida de un gran número de trabajadores rurales que emigraron a Goias norte desde finales de 1930 hasta 1960. Con este fin, se busca observar los factores que llevaron estos temas para pasar a esta región y, ya que representa la esperanza de conseguir la pieza sueño de la tierra a causa de toda la publicidad que transmite en el universo campesino en el que "el norte Goiás no tienen jefe". Por otra parte, en vista de los intereses que eran las formas de vida de los colonos en Goiás norte: sus condiciones de trabajo, su organización y sus conflictos con los grandes propietarios y ocupantes ilegales en un momento del desarrollo capitalista en la región, con la creación de carreteras y el traslado de la capital federal para la región estaban el Estado de Goiás.

Palabras clave: Squatters; Tierra; Norte Goiás.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

800 POSSEIROS reagirão a bala contra grilagem. **O Popular**, Goiânia, 11 mai. 1961. p. 8.

CRIME e Covardia. **Jornal de Notícias**, 9 jan. 1960. p. 1.

MB PARA RIVADÁVIA: a sua conduta em Goianésia mereceu inteiro apoio do meu governo. **Diário do Oeste**, Goiânia, 1 ago. 1961. p. 8.

NETO, Torres. Porangatu. **Diário do Oeste**, Goiânia, 16 ago. 1961. p. 3.

POSSEIROS VIVEM Clima de Insegurança. **O Popular**, Goiânia, 19 ago. 1961. p. 8.

Fontes secundárias

AMADO, Janaína. Eu quero ser uma pessoa*:* revolta camponesa e política no Brasil. **Resgate** (Unicamp), Campinas, n. 5, p. 47-69, 1993.

CAMPOS, Itami. **Questão Agrária**: Bases sociais da política goiana (1930-1964). 1985. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

COSTA, Cléria Botêlho da. Posseiros e Política – Goiás nos anos 60. **Revista de História** (USP), São Paulo, n. 13, 61-70, 1996.

DAYRELL, Eliane Garcindo. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás**: análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste. 1974. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1974.

ÉLIS, Bernardo. **A Terra e as Carabinas**. Goiânia: R&F Editora, 2005.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. **Nas trincheiras**: luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas (1948 – 1964) uma resistência ampliada. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GARCIA, José Godoy. **O caminho de Trombas**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.

JULIÃO, Francisco. **Que São as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

MAIA, Claudio Lopes. **Os donos da terra**: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso. 2008. 274 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós–Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

PEIXOTO, Maria do Rosário Peixoto. E as palavras têm segredos... Literatura, utopia e linguagem na escritura de Ana Maria Machado. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; MACIEL, Laura Antunes; KHOURY, Yara Aun (Org.). **Outras Histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho D'Água, 2006. p. 156-176.

PESSOA, Jadir de Morais. **A revanche camponesa**. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

SAMPAIO, Jacinta de Fátima Rolim. **A História da Resistência dos posseiros de Porangatu – GO (1940-1964)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós–Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Recebido em janeiro de 2015.
Aprovado em maio de 2015.